



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638254 - SP (2021/0000450-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CRISTIANE KELLY CIRINO
ADVOGADO : CRISTIANE KELLY CIRINO - SP381505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAELA DE SOUSA OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAELA DE SOUSA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2294292-61.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 11/12/2020 pela suposta prática do crime descrito no art. 33 da lei n. 11.343/2006, tendo sido, posteriormente, essa prisão convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que a fundamentação da Corte de origem para indeferir o pleito liminar seria infundada, considerando que não existiriam motivos concretos para manter a custódia preventiva decretada em desfavor da paciente.

Alega que, diante das condições pessoais da agente e das circunstâncias do fato imputado, sua prisão antecipada seria ilegal, ante a ausência de preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Assevera que a custódia poderia ser substituída por cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor da custodiada com ou sem a substituição por cautelares previstas no art. 319 do CPP, ou a concessão de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto observa-se que as alegações apresentadas em favor do paciente não foram ainda apreciadas pelo Tribunal a quo, que entendeu ser imprescindível ouvir previamente a autoridade coatora. De tal sorte, não cabe a apreciação por essa Corte Superior, sob pena de supressão de instância

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente